

# *Reforma tributária urgente*

1º/3/2021

**EDILSON BALDEZ DAS NEVES**

---

A guerra desencadeada entre os entes federativos e o governo central em razão do preço abusivo dos combustíveis está provocando mal-estar nacional. O impacto da alta desses produtos nos indicadores econômicos tem sido desastroso repercutindo nos custos de todas as cadeias produtivas do país. Agora que estão vindo à tona os efeitos do perverso cálculo instituído para a precificação final dos derivados de petróleo e do gás de cozinha utilizado pela população brasileira, é preciso, mais do que nunca, acelerar a reforma tributária para que se possa corrigir as distorções e reduzir e unificar os tributos, para estimular a recuperação econômica.

Os vilões desse episódio que derrubou o presidente da Petrobrás não estão apenas identificados no mercado internacional de petróleo, na alta do dólar, nos custos para produzir os produtos ou nas margens das refinarias, distribuidoras ou nos postos de gasolina, local onde o cidadão comum recebe a pancada no bolso quando abastece o veículo. O grande entrave está na excessiva cobrança de impostos, sendo o ICMS o de maior incidência na conta final. Os estados projetam os valores dos combustíveis que serão adicionados ao valor cobrado ao consumidor. O que não é o melhor critério. A reforma tributária poderá dirimir essas distorções e abrir caminho para simplificar o complexo sistema de cobrança. A sociedade não suporta tanto impostos e, sequer, aprova guerra fiscal entre os estados da federação.

Com a chegada da vacina e maior eficiência no controle da crise virótica, a recuperação econômica, mesmo lenta, abre oportunidade para a atividade produtiva se reorganizar e criar empregos. Essa tendência é encontrada em alguns setores e poderá viabilizar investimentos e ampliar a competitividade no segmento industrial. Um dos maiores vetores da indústria, a construção civil, poderá ampliar sua participação no mercado, aquecendo o setor imobiliário com novos lançamentos, de diferentes padrões, atendendo clientela variada.

A indústria maranhense vem se adequando a essa nova realidade. Adotou todos os protocolos sanitários e avança em busca de soluções que possam aumentar a sua produtividade e competitividade. Está se modernizando e adaptando-se às novas tecnologias para ser mais dinâmica. Mostra, também, que é possível haver mais colaboração e solidariedade como ficou evidente a iniciativa do Grupo Aço Verde do Brasil, instalado em Açailândia, que emocionou o Maranhão e o Brasil com a doação de oxigênio para a necessitada população de Manaus, abalada pela forte expansão do surto de Coronavírus. É um novo mundo empresarial que se anuncia.

O país há muito clama por uma reforma tributária que corrija distorções e assegure garantia jurídica a quem produz e gera riquezas. É preciso dar um basta nesse emaranhado de regras tributárias que, somente em termos de IPI, contém quase 620 artigos, reunidos em compêndio de 442 páginas. Sem esquecer as regras e pareceres que ilustram esse código imenso. Em relação ao ICMS, são tantos outros regulamentos e convênios e as dezenas de leis que regulamentam o PIS e COFINS, reunidos em coletânea de vários volumes, conforme a Receita

Federal. É incompreensível qualquer empresa ou contribuinte ter de conviver com uma enciclopédia tributária dessa envergadura. Onera demasiadamente o Custo Brasil.

Mesmo com esse pesado fardo, a atividade industrial, contrariando as expectativas, reage ao mercado de trabalho com novas contratações. Confirmação desse fato é o número de postos de trabalho criados na virada do ano. Com isso, o emprego industrial acumula meses consecutivos de alta, apesar de todas as dificuldades da pandemia e da taxação excessiva de impostos.

Imaginem o que poderia ser deste país se a reforma tributária avançasse e destravasse os gargalos que emperram o desenvolvimento da nação. Se for elaborado com a preocupação e esmero, o novo código fiscal, simplificado e atualizado, só traria benefícios a toda população. O código atual, já defasado, dificulta a competitividade do mundo de negócios. A nova legislação poderá se tornar uma forte alavanca para a geração de ocupação e renda e se transformar em fator essencial para a retomada do crescimento econômico brasileiro.

---

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA  
Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI*